

POR UMA AVALIAÇÃO VIVA E VIVIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PARA UNA EVALUACIÓN VIVA Y EXPERIMENTADA EN EDUCACIÓN INFANTIL

João Luiz Silva da Rosa 1

Resumo: Este artigo tematiza a reflexão sobre uma avaliação não classificatória, excludente ou punitiva, rompendo com os modelos que ainda estão presentes em algumas escolas de educação infantil. Propõe-se um olhar sensível acerca do potencial das crianças e o seu processo de aprendizagem, respeitando as singularidades de cada um, vivendo em um ambiente de atenção, escuta e respeito. O adulto precisa estar ao lado, observando e apoiando o quanto os bebês e as crianças são capazes de fazer e conquistar em espaços de aprendizagens e interações. Diante disso, no primeiro momento, são trazidas algumas reflexões teóricas acerca da Educação Infantil e a sua importância, após discussões sobre a avaliação mediadora e o portfólio, com um olhar de uma documentação pedagógica viva, com a participação das crianças nesse processo de construção.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Crianças e o seu processo de Aprendizagem.

Resumen: El artículo aborda el tema de reflexionar sobre una evaluación en la educación de la primera infancia no clasificatoria, excluyente o punitiva, rompiendo con los modelos que todavía están presentes en algunas escuelas de la primera infancia. Se propone una visión sensible del potencial de los niños y su proceso de aprendizaje, respetando las singularidades de cada uno, viviendo en un ambiente de atención, escucha y respeto. El adulto debe estar de lado apoyando y observando cuánto pueden hacer y lograr los bebés y los niños en espacios de aprendizaje e interacciones. Por lo tanto, en el primer momento, traigo algunas reflexiones teóricas sobre la Educación de la primera infancia y su importancia, después de las discusiones sobre la evaluación mediadora y el portafolio, con una mirada a una documentación pedagógica viva, con la participación de los niños en este proceso de construcción.

Palabras clave: Evaluación. Educación Infantil. Los niños y su proceso de Aprendizaje.

Pedagogo - UNIASSSELVI (2017). Psicopedagogo Institucional - IERGS (2017). Especialista em Educação Especial Inclusiva – IERGS (2017). Assessor pedagógico Escola de Educação Infantil Florescer (Canoas/RS). Coordenador Projeto Social REDIPASC (Rede Divina Providência de Ação Social e Cidadania). Colaborador do Instituto Ciência & Saber (Porto Alegre/RS). Trabalha com formações de professores da Educação Infantil e municípios. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1012569532209814>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9449-9118>. E-mail: juaosegundoperfil@gmail.com

A Educação Infantil é a primeira etapa de educação básica e visa a atender crianças de 0 a 5 anos de idade, dividida em duas modalidades: a creche (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). Sendo um espaço institucional de aprendizagem público ou privado, que cuida e educa crianças em uma jornada integral. A LDB N° 9.394/96 ressalta que a Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, contemplando a ação da família e da comunidade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em seu art. 6°, as propostas pedagógicas devem respeitar os princípios: éticos, políticos e estéticos. Cumprindo assim plenamente a sua função sociopolítica e pedagógica, descrita no art. 7°:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009).

Essa resolução contempla o acesso à diversidade na Educação Infantil, pois a mesma garante a autonomia e o respeito às singularidades das crianças, reconhecendo assim as individualidades e cultura da comunidade sem causar danos à aprendizagem das crianças. Nossos documentos norteadores (BNCC E DCNEI) mostram a preocupação nacional com a Educação Infantil, pensando em promover espaços de qualidade e respeito pelas infâncias, visando às suas particularidades e individualidades.

A criança é considerada um ser criativo e potente por profissionais que acreditam nela. O adulto ao observar e estar junto com as crianças precisa de um olhar afetivo e acolhedor, conhecendo cada cultura e detalhes que elas mostram. O educador precisa valorizar a imagem da criança como um ser ativo e protagonista. Pensando em uma pedagogia da escuta, Rinaldi (2017, p.43) nos diz: “A pedagogia da escuta requer que o educador pense no outro como alguém que ele não pode aprisionar, e que desafia todo o cenário da pedagogia”. A autora reflete sobre a importância de escutar, com coração e empatia pelas crianças, aquilo que elas nos trazem com a sua pureza, tratando de forma séria e respeitosa, extraíndo aquilo que foi dito e envolvendo-se para promover oportunidades de aprendizagem.

Ao observar a criança, estamos conhecendo um pouco de sua cultura e imagem, passamos a entrar em seu universo, registrando e avaliando o seu percurso tão lindo e poético. “Através dessa reflexão diária [o professor] avalia e planeja sua prática. Ele é também um importante documento, onde o vivido é registrado, juntamente com as crianças. Nesse sentido, educador e educando, juntos, repensam sua prática”. (FREIRE, 1983, p.77)

Os educadores precisam tomar cuidado e ter reflexão sobre os registros, pois em algu-

mas instituições sobressai a ideia de que devemos avaliar as crianças como forma de promoção ou julgamento, não as respeitando. As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) determinam, desde 2009, que os espaços que atuam nessa etapa de ensino criem procedimentos para a avaliação do desenvolvimento das crianças. Esse processo não deve ter como objetivo a seleção, a promoção ou a classificação dos pequenos e precisa considerar “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano”. (BRASIL, 2009, p. 29).

Sendo assim, a avaliação é um processo contínuo e interpretativo que valoriza o processo vivido pelas crianças, sem tornar os resultados como eixo principal, procurando entendê-las, tornando-as ativas e participantes de sua jornada de aprendizagem, onde o brincar deve estar aliado sendo valorizado no cotidiano. Hoffmann (2018, p.13) já alerta sobre o que é avaliação na Educação infantil, afirmando que “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível de seu desenvolvimento”. Precisamos ser companhia e se fazer companhia, para poder entender cada aspecto de nossos meninos e meninas, pois a presença de um adulto que acredita e transmite segurança é fundamental em seu desenvolvimento.

Nossas crianças precisam de oportunidades de expressão e liberdade e o adulto torna-se referência quando respeita os limites dos grupos, faz seus registros sem o olhar de julgamento pejorativo para os mesmos, ou coloca todos em um mesmo viés de avaliação. Sendo assim, “passam o olhar o desenvolvimento infantil como processo e não apenas como uma etapa ou estágio em que se faz necessário classificar os sujeitos, no caso, as crianças” (ALVES, 2011, p.213). Precisamos construir uma avaliação que possibilite a observação da criança, os registros com a finalidade de exaltar os processos das crianças e aquilo que elas fazem no cotidiano da educação infantil.

Ao registrar os percursos das crianças na Educação Infantil, o educador está “narravilhando” (narrando e maravilhando-se) as aprendizagens, os conceitos e as teorias que as crianças fazem no dia a dia, sendo necessário doces olhares sobre cada momento. O cuidado ao observar e escrever esses momentos é fundamental, pois o adulto não está avaliando como forma de diagnóstico ou severas punições, ele está acompanhando as manifestações e pesquisas das crianças. Sendo assim, irá conseguir pensar em um planejamento que satisfaça as necessidades das crianças com respeito, colocando em prática as suas anotações sobre os momentos de aprendizagem. “Parte de um olhar atento do olhar do professor, um olhar estudioso que reflete sobre o que vê, sobretudo um olhar sensível e confiante nas possibilidades que as crianças apresentam” (HOFFMANN, 2018, p. 30).

No percurso descritivo da avaliação, o educador está compartilhando algo do educando, fazendo prevalecer a interação e o vínculo firmado durante o cotidiano, acontecendo por meio da avaliação, teorias e o seu acompanhamento acerca daquela criança. A empatia entre educador e criança precisa prevalecer, pois, ao avaliar, estamos partindo de interpretações, sentimentos, conhecimentos e experiências. Cada educador faz a sua interpretação de maneira singular sobre a criança, relatando e fazendo apreciações.

Cada pessoa interpreta o que observa de uma maneira própria e única. Se dez professores forem comentar sobre a reação de uma única criança, cada um deles irá relatar aspectos muito diferentes observados nela e, provavelmente, farão apreciações positivas e negativas a respeito (HOFFMANN, 2018, p.87).

Pensamos no portfólio como ferramenta de avaliação, como um documento irá narrar a memória daquele grupo que compõe a escola, sua cultura e conhecimento sobre o grupo de crianças, favorecendo a continuidade do seu processo de aprendizagem e compartilhando com os sujeitos envolvidos. Ao partilhar e contrastar a avaliação documentada para incluir nos

portfólios, crianças, educadores e pais podem realizar movimentos diversos de ir e vir entre um e outro contexto, ampliando o estatuto e o valor do portfólio como objeto de fronteira (PARENTE, 2014). Facilitando a comunicação entre escola, família e crianças, tornando-se um documento partilhado e acessível para todos, possuindo uma natureza colaborativa escutando a opinião das crianças para tornar esse registro avaliativo significativo. O educador, ao ter acesso ao material, terá uma rica coletânea das vivências vivas das crianças no coletivo e as suas aprendizagens individuais. Esse material é da criança, estamos falando daquele sujeito, então, não podemos padronizar esse portfólio seguindo modelos prontos. Se nos referimos aos detalhes de cada criança, devemos pensar em um documento que tenha literalmente “a cara delas”, “jeito delas”, pois, como afirmam Shores e Grace, “a criatividade é a única limitação imposta ao conteúdo do portfólio das crianças” (2001, p.45). Falar em criatividade é pensar na exploração das crianças, nas suas artes e todas as suas linguagens, colocar a potência como fio condutor de um portfólio realmente vivo, sem o apego em produções prontas onde não há a sua participação. A vivacidade pode se dar de inúmeras formas, com registros fotográficos, filmados, escritos entre outros.

Fazer um convite para as crianças construírem esse documento torna-o importante, valorizando cada produção. Precisamos tornar o portfólio agradável e de fácil utilização para todos, sem poluições visuais ou tornando um acúmulo de folhas A4. Para Tonucci (2005, p.17), “[...] conceder a palavra às crianças não significa fazer-lhes perguntas e fazer com que responda aquela criança que levantou a mão em primeiro lugar [...]. Dar a palavra às crianças significa, pelo contrário dar a elas condições de se expressarem”.

O portfólio se torna um álbum da vida de nossas crianças, de suas culturas, de suas famílias e da identidade daquela escola, sendo um material de grande valia e potência para a valorização da infância e da concepção de uma criança sujeito de vez. Precisamos desconstruir a visão de um portfólio sem as reais marcas das crianças, onde o que prevalece são os enfeites prontos que educador coloca. Mais que um simples bloco de folhas, é necessário entendermos que esse material irá mostrar os percursos pelos quais a aprendizagem processou-se. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas. Porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (LARROSA, 2002, p.21).

Sendo assim, precisamos de registros de experiências realmente vivas, sentir-se, tocar-se, afetar o universo com a mágica que as infâncias nos trazem a cada momento, sentindo a escola, pensar nas possibilidades e qualidades de uma pedagogia das infâncias que contemple as necessidades, com educadores comprometidos em respeitar cada criança.

As amostras de trabalho das crianças tornam-se ferramentas para a visualização de suas aprendizagens, por meio do olhar avaliativo mediador do professor, apreciando as produções, onde os registros de aprendizagens serão visualizados, revelando as suas competências. Por esse motivo, precisamos colecionar essas produções e ter um olhar de sentido sobre elas na medida em que estarei conhecendo cada detalhe e gosto das crianças.

Observar os processos de aprendizagem das crianças para além das produções realizadas pode contar muito sobre ela e permite obter informações que não podem ser apreendidas se apenas se olhar para produtos, tais como amostras de trabalho (PARENTE, 2004 p. 296).

Sendo assim, a pluralidade de materiais e observações, relatos e registros do jardim da infância são organizados e interpretados, fazendo parte da documentação pedagógica viva de uma escola, tornando-se o pilar da construção de um portfólio de aprendizagem. Essa leitura de aprendizagem requer uma ousadia de romper com métodos tradicionais e olhares arraigados sobre os participantes, pensando em novas estratégias de avaliação como forma de respeito ao desenvolvimento da criança. Isso requer um processo de tempo e escuta, da insistência sobre a valorização do que o outro tem a dizer, por essa fala precisa ecoar pelos corredores das escolas e dos documentos que discutem as infâncias. As crianças são produtoras de cultura, cada uma com sua singularidade e expressão cultural:

das características individuais herdadas geneticamente, cada criança recebe, herda e convive em seu núcleo familiar com valores, costumes e referências multiculturais diversas que estão intimamente relacionadas com as suas raízes familiares. Avós, bisavós e toda a linhagem ancestral de cada núcleo familiar, tanto paterno quanto materno, constituem um importante “caldo” de pesquisas da rica bagagem cultural com a qual cada criança nasce, cresce, aprende e convive (FRIEDMANN, 2020, p.36).

O respeito pela produção de cultura das crianças precisa estar visível nessa avaliação mediadora, explicitando suas vozes, sendo um direito delas, comprovando que a escola é um espaço comprometido com a infância, assegurando seus direitos. A avaliação precisa ser um verbo ativo e interpretativo, não podemos pensar em uma avaliação silenciosa e qualitativa sobre a criança.

A abordagem da avaliação na Educação Infantil envolve o pensar em ações que valorizem todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, do professor, da instituição. Não existe uma forma de avaliar, requer sim um olhar reflexivo e mediador à prática. (SILVA; URT, 2014, p. 76).

A avaliação só terá sentido e importância se ela realmente seguir uma mediação do processo, servindo como instrumento do professor para conhecer as crianças, anotar os percursos e revisitar aquele material, sem resumi-la apenas como um conceito final.

Mas sim para (re) pensar na prática pedagógica do professor, enfim, ressalto que, se o educador refletir sobre os pontos citados sobre a avaliação, ele irá aprofundar os seus conceitos sobre o desenvolvimento infantil e as características de cada um.

Referências

ALVES, L. P. **Portfólios como instrumentos de avaliação dos processos de ensinagem**. In: ANASTASIOU, L. G. C. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/8_portfolios_como_instrumentos_de_avaliacao_dos_processos_de_ensinagem.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CEB 5/2009, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. DOU.18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18.

FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças: antropológicas e poéticas das infâncias**. São Paulo: Panda Books, 2020.

HOFFMANN, Jussara. **Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARENTE, C. **A construção de práticas alternativas de avaliação na pedagogia da infância: sete jornadas de aprendizagem.** Braga, 2004. Dissertação (Doutorado) – Universidade do Minho.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender.** São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SHORES, E. F; GRACE, C. **Manual de portfólio: um guia passo a passo para professores.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, J. P; URT, S. C. Educação infantil e avaliação: uma ação mediadora. **Nuances: estudos sobre Educação.** Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 56-78, set./dez. 2014.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem: agora chega!** Porto Alegre: Artmed, 2005.

Recebido em 11 de dezembro de 2020.

Aceito em 22 de dezembro de 2020.